



OS SEMINÁRIOS DE DESENHO URBANO E A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DISCIPLINAR NO BRASIL

EIXO TEMÁTICO: DISPUTAS DO/PELO PROGRESSO E DO/PELO MODERNO

Coordenador (es):

LEME, Maria Cristina da Silva

Doutora; FAU-USP
crisleme@usp.br

ROLDAN, Dinalva Derenzo

Doutora; Unicamp e UNIP
dinaroldan@proton.me

Trabalho 01:

LEME, Maria Cristina da Silva

Doutora; FAU-USP
crisleme@usp.br

Trabalho 02:

REGO, Renato Leão

Doutor; UEM
rlrego@uem.br

Trabalho 03:

ROLDAN, Dinalva Derenzo

Doutora; Unicamp e UNIP
dinaroldan@proton.me

Trabalho 04:

PESCATORI, Carolina

Doutora; FAU-UnB
pescatori@unb.br

RESUMO (EM INGLÊS/ESPAÑHOL OU PORTUGUÊS)

A intenção ao tratar da Genealogia do Desenho Urbano no Brasil é investigar a história e a constituição deste campo disciplinar assim como indagar sobre suas bases teórico-conceituais, as aproximações e diferenciações do panorama internacional e sua disseminação no país. Os sinais de constituição do campo do desenho urbano na Europa e nos Estados Unidos remontam ao período pós-Segunda Guerra Mundial e, em certa medida, respondem à reconstrução das cidades, ampliação das políticas habitacionais e valorização do patrimônio arquitetônico como um valor cultural. Conforme observado por Porfyriou (2021), embora a maioria dos estudos recentes sobre a história do desenho urbano identifique a conferência internacional organizada por Josep Lluís Sert na Graduate School of Design da Harvard University, como a origem do termo e o início de sua constituição como um campo nos anos 1950, a autora argumenta que uma história do desenho urbano pode ser traçada há muito mais tempo, por meio de uma interpretação mais complexa do termo "desenho urbano".

No Brasil, nota-se os esforços para conformar o campo disciplinar apenas na década de 1980 através da realização em Brasília de quatro edições do Seminário de Desenho Urbano (SEDUR - 1984, 1986, 1988, 1991).

Para compreender a relevância do SEDUR na constituição do desenho urbano no Brasil é importante considerar três aspectos: o contexto da redemocratização do país e a emergência dos movimentos sociais; a crítica ao movimento moderno e ao ideário racionalista/funcionalista; e a crise do planejamento urbano – sendo que estes dois últimos aspectos fizeram parte das discussões do próprio seminário.

O violento período da ditadura (1964 – 1985) impôs um grande vácuo de eventos acadêmicos no Brasil, e não foi diferente para a área de arquitetura e do urbanismo, que então contava com pouquíssimos programas de pós-graduação.

Os encontros ocorreram no contexto do processo de redemocratização do país, quando a abertura política gerou e fomentou debates críticos sobre diversos aspectos da sociedade brasileira, com ressonâncias no urbanismo, planejamento urbano e arquitetura. Com um número considerável de participantes, eles envolveram professores, pesquisadores e

arquitetos atuantes em instituições públicas de urbanismo debatendo tanto perspectivas teórico-conceituais, quanto novas demandas e práticas profissionais.

Ao passo em que todos os SEDURs tiveram como tônica uma forte crítica ao movimento moderno, um olhar sobre os anais e os autores que organizaram e apresentaram trabalhos nos quatro eventos também aponta para uma diversificação nas temáticas, abordagens e referências bibliográficas, evidenciando uma ampliação ou aprofundamento do campo do desenho urbano no Brasil. Com foco na organização físico-espacial das cidades, os temas tratavam da análise da morfologia urbana, preservação e renovação urbana, políticas públicas de intervenção urbana e problematizaram a definição do campo profissional do arquiteto e do urbanista.

Essa diversidade temática é particularmente notável no 4º SEDUR, último da série, que conta com trabalhos específicos na área de Teoria e História, problematizando historicamente e conceitualmente o desenho urbano, enquanto houve uma reconfiguração dos trabalhos focados na prática de projetos urbanos passando a analisar a conformação das cidades e projetos, e ainda mantendo uma seção específica sobre Brasília. Enquanto espaço de debates e lócus da construção acadêmica e prática do campo do desenho urbano no Brasil, os SEDURs podem auxiliar na compreensão da sua criação, consolidação e difusão, mas também a compreender como esses processos se alteraram e se complexificaram a partir da década de 1980.

A pesquisa elenca algumas questões e hipóteses, ainda abertas, que têm guiado a investigação: seria do desenho urbano em campo específico? Como se deram as fortes relações entre teoria e prática no campo? Quais são as especificidades da constituição do campo no Brasil e como o campo se relacionou com os processos análogos em outros contextos? Tendo os SEDURs como ponto de partida, as palestras desta sessão apresentam diferentes abordagens e temáticas dentro da genealogia do campo do desenho urbano no Brasil a partir de uma visão ampliada, de longa duração que considera as alternativas na construção do campo, a bibliografia de referência, as experiências relevantes postas em relação ao quadro internacional. Destacam-se aqui as abordagens dos seguintes temas: - Favelas e assentamentos: da remoção à permanência. Uma discussão sobre o papel do

arquiteto e do urbanista; Novas cidades e desenho urbano, nos SEDURs; Desenho urbano e conjuntos habitacionais, pelas lentes do SEDUR; O crescimento da cidade como uma questão para o desenho urbano, nos SEDURs.

PALAVRAS-CHAVE: SEDUR; desenho urbano; teoria urbana; história do urbanismo.

Trabalho 1: FAVELAS E ASSENTAMENTOS: DA REMOÇÃO À PERMANÊNCIA. UMA DISCUSSÃO SOBRE O PAPEL DO ARQUITETO E DO URBANISTA.

A urbanização de favelas e outros assentamentos informais foi um tema abordado nos três Seminários. As experiências, em alguns casos baseadas na participação da comunidade, contribuíram para a formulação de políticas habitacionais e urbanas. Nestes casos combinam-se duas tradições, a longa construção de uma política de intervenção em favelas, plena de conflitos, avanços e recuos (Valladares, 2005) e os princípios de desenho urbano em uma perspectiva crítica, contra a racionalidade modernista, levando em consideração as tradições e diferenças culturais; preservando e promovendo o senso de lugar; com respeito aos cidadãos e os seus costumes, em vez de pretender transformá-los.

No artigo 'Rio de Janeiro: o que transforma e em que se transforma', o arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos descreve as condições de moradia nas favelas e as estratégias de construção adotadas pelos moradores locais para a ocupação dos morros cariocas. Santos relata o caso de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, em que os moradores resistiram com sucesso à remoção e desmatamento da área para dar lugar a um conjunto habitacional. Sinalizou então uma nova prática profissional em que o arquiteto assume o papel de assessor técnico como forma de atuação em conjunto com a comunidade. Alguns dos princípios adotados por esses profissionais ilustram a mudança radical na abordagem das intervenções de desenho urbano, levando em consideração a permanência da comunidade, e não a sua erradicação, integrando gradativamente o bairro existente com a participação dos moradores.

O projeto urbano aprovado pelos moradores e realizado em Brás de Pina era muito semelhante a um loteamento padrão da cidade formal. Segundo Santos, essa era uma demanda dos moradores que não aceitavam nenhum projeto que os diferenciasse espacialmente do restante da cidade. Embora o projeto não tenha um desenho inovador, conseguiu transformar definitivamente a estrutura física e a imagem de Brás de Pina, ao aproximar as características de outros bairros, com lotes regulares, sistema viário e espaços de uso coletivo, com definição clara entre espaço público e privado.

Essa experiência ecoava as ideias do arquiteto inglês John F. C. Turner, que visitou as favelas brasileiras ao final da década de 1960 como assessor do Banco Nacional de Habitação (BNH): “Eles me mostraram problemas – favelas, mocambos, áreas alagadas etc. E me mostraram soluções – projetos habitacionais de baixo custo – que eu chamo de problemas” (Turner, 1968). Seu depoimento teve forte repercussão, tanto para o arquiteto quanto para o urbanista da década de 1970, colocando em uma nova perspectiva a atuação dos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas de habitação.

O assentamento informal à beira da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, denominado Favela do Gato, foi outro caso apresentado no Seminário. Essa comunidade de pescadores estava ameaçada de remoção devido à construção da rodovia BR-101, principal via que liga as regiões Norte e Sul do país. A atividade econômica e a vida cultural da comunidade estavam ligadas ao mar e à área de mangue. O trabalho na Favela do Gato fez parte de um projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal Fluminense por um grupo de professores e estudantes que assessoraram tecnicamente a associação de moradores na reivindicação de permanência no assentamento. A assistência técnica propôs a cooperação de diferentes setores do Estado para a construção de um novo conjunto habitacional para acomodar a parte da comunidade que deveria ser reassentada; a melhoria das casas que foram mantidas; o direito à propriedade da terra; a melhoria do saneamento e das condições ambientais; a criação de um espaço público com a construção de um mercado de peixe, sustentando assim as atividades que originaram o povoamento. Esses casos mostram como o desenho urbano esteve associado à compreensão do espaço físico estabelecido pelas comunidades tradicionais.

Outro caso relevante relacionado a intervenções urbanas em favelas foi apresentado no primeiro e quarto seminários, na Vila Paranoá, em Brasília. No primeiro SEDUR de 1984, um grupo de professores e estudantes da Universidade de Brasília (UnB) apresentou uma contraproposta para a urbanização da Vila Paranoá, favela composta por três comunidades de ex-trabalhadores da construção civil que se mudaram para a nova capital no final da década de 1950 e se estabeleceu em uma área às margens do Lago Paranoá. Com base em extenso

levantamento local e comunitário, a proposta reconheceu o valor e as vantagens da estrutura urbana espontânea da Vila e sugeriu pequenas intervenções para melhorar a circulação e as condições sanitárias, bem como projetos de casas e melhorias a serem realizadas coletivamente pelos moradores. Estava fortemente ligado às discussões atuais sobre o direito à terra urbana e à resistência da população à remoção da favela. Como a proposta da UnB não foi aceita pela prefeitura local, que insistiu na necessidade de transferência da Vila para outro local para acomodar mais unidades habitacionais, uma equipe de arquitetos apresentou um plano urbano alternativo para a Vila no quarto seminário, em 1991. A proposta era de uma nova área adjacente à Vila original preservando apenas a igreja da comunidade. Apesar da realocação da comunidade, o novo plano considerou a morfologia da antiga Vila, e a proximidade com o assentamento mais antigo reduziu os impactos sociais do processo de realocação.

Dois dos artigos apresentados no segundo SEDUR (1986) também endossaram esta mudança, descrevendo outras formas de intervenção que incluíam o levantamento da propriedade da terra e uma cuidadosa pesquisa de campo. Favelas, muitas vezes localizadas em topografia íngreme, próximas a nascentes e de difícil acesso, foram objeto de propostas detalhadas. Os projetos incluíram a disponibilização de infraestruturas de acessibilidade com escadas e rampas, alargamento de vielas e passagens estreitas, e a concepção de infraestruturas de abastecimento de água, poços de esgotos e acesso à rede elétrica. Algumas propostas inovadoras de reabilitação ambiental, que previam a contenção de encostas e o controle da erosão, incluíam também espaços públicos com zonas de lazer e de convivência da vida comunitária local.

O relato sobre a proposta de implantação do Programa Municipal de Favelas PROFAVELA, no Município de Belo Horizonte não foi um caso isolado, pelo contrário indica a ampliação em período de abertura política das formas de intervenção em favelas e a formulação de políticas públicas. Um exemplo foi a aplicação da “urbanização específica” instituída em lei que permitia a ocorrência de parâmetros urbanísticos específicos adaptados às favelas. O

Programa foi aplicado em 128 favelas, com uma população de aproximadamente 500.000 habitantes.

Ao diferenciar/identificar o vínculo profissional do pesquisador diferencia-se também o objetivo da pesquisa, ou como resultado da prática profissional com vínculos com a administração pública, escritórios de arquitetura, engenharia ou como pesquisa acadêmica teórica com vínculos com a prática. Enfim invertem-se os termos.

Ao estudar o estatuto epistemológico das comunicações como pesquisa acadêmica teórica, percebe-se que algumas tem como objeto central o desenho urbano, ao abordar questões teóricas, conceituais sobre o campo ampliado do desenho urbano. Outras chegam a questões do desenho urbano como campo derivado / complementar a partir de outros campos.

PALAVRAS-CHAVE: favelas, assentamentos, remoção, reurbanização, assistência técnica.

REFERÊNCIAS:

CANEDO, M. E. M. & BIENESTEIN, R. (1984). **Projeto Favela do Gato**. In: Turkienicz, B., Batista, G. N. S., Malta, M., Lorenzetti, M. S. B. & Guimarães, S. M. V. (Ed.). *Cadernos Brasileiros de Arquitetura: Desenho Urbano III*. Projeto. 14, pp. 19-42.

MENDES, Isabel Reis. **Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**. (dissertação mestrado FAUUSP 2006).

SANTOS, C. N. F. (1979). **Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro**. Museu Nacional/UFRJ.

SANTOS, Carlos Nelson. et. al. (org.). **Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS C. N. F. (1984). **Rio de Janeiro, o que transforma e em que é transformado**. In: Turkienicz, B., Batista, G. N. S., Malta, M., Lorenzetti, M. S. B. & Guimarães, S. M. V. (Ed.). *Cadernos Brasileiros de Arquitetura: Desenho Urbano I*. Projeto. 12, pp. 99-116.

SARTORI, Luis Alberto, PEREIRA, Stael de Alvarenga. **Profavela - Programa de regulamentação de favelas de Belo Horizonte**. Anais II SEDUR, 1986, 294-305.

TURNER, John C. **Housing Priorities, Settlement Patterns, and Urban Development in Modernizing Countries**. Journal of the American Institute of Planners. 34 (6) 1968: 354-363.

VALLADARES, Licia. **A invenção da favela. Do mito de origem à favela**. Rio de Janeiro, Ed.Fundação Getúlio Vargas, 2005.

Trabalho 2: **NOVAS CIDADES E DESENHO URBANO NOS SEDURS**

Ao analisar o tratamento dado à questão das cidades novas no Brasil desde a abordagem do desenho urbano por meio dos textos publicados nos anais do Seminário de Desenho Urbano (SEDUR), este trabalho contribui para a narrativa de um importante capítulo da história do urbanismo no Brasil.

Os trabalhos publicados na primeira edição do (SEDUR), realizado em Brasília em 1984, trataram de discutir “o desenho das cidades” entendendo-as como “artefato cultural” (Turkienicz, 1984b, p. 5) e aí pode-se notar a crítica generalizada ao urbanismo racionalista e ao modelo de Brasília (Turkienicz, 1984a). No que diz respeito ao traçado de novas cidades, a tônica dos trabalhos publicados é o rechaço à prevalência do pensamento moderno.

A crítica à forma física da cidade modernista coincidiu, no Brasil, com o período de redemocratização do país. As cidades novas criadas nas primeiras décadas da segunda metade do século XX foram analisadas nas quatro edições do Seminário desde uma abordagem que destacava a padronização da forma urbana racionalista, a falta de identidade e individualidade da sua paisagem urbana, a ausência de vínculo com os hábitos urbanos e com as práticas socioculturais dos seus habitantes. Nesse sentido, entendeu-se então que “habitabilidade é um conceito relativo (não absoluto, portanto), sujeito a diferentes interpretações em diferentes culturas” (Gastal, 1984, p. 74).

Desse modo, o traçado racionalista da cidade de Alta Floresta, no Mato Grosso, foi discutido em dois trabalhos. Com viés crítico, estes trabalhos decorrem da prática profissional nesta cidade nova de colonização, coincidem no rechaço aos parâmetros racionalistas, apontam para uma noção equivocada de ordem social e espacial e para a segregação. Como lição extraída de Alta Floresta, notou-se que a “segregação espacial aliada a um ideal de ordem prende-se a uma noção equivocada de caos que contamina o pensamento urbanístico (...) O que se deve desejar para uma cidade é a maior mistura possível de usos e funções. Junto com a densidade de ocupação e utilização, esta mistura vai garantir, além da animação que caracteriza o ambiente urbano, as condições básicas para a sobrevivência de seus habitantes” (Ribeiro Filho, 1984, p. 110; Oliveira, 1984).

O rechaço a parâmetros racionalistas foi acompanhado pelo rechaço à imagem urbana padronizada, deficitária de identidade cultural. A arquitetura e o projeto de realocação da cidade Itá, em Santa Catarina, em decorrência do futuro alagamento do seu território pelo reservatório de uma usina hidroelétrica, tomaram como referência as relações de parentesco da população, as relações de vizinhança, o sentimento de localidade, a preservação dos costumes, da identidade e da memória da cidade a ser inundada. Assim, a nova conformação espacial contrariou “as propostas habitacionais que buscam fundamentalmente a racionalidade construtiva e a sistematização dos componentes da construção (...) onde não se manifestam: a identificação coletiva – cultura local – perdendo a tradição; a identificação individual – perdendo a personalidade” (Silva e Rego, 1986, p. 348). Materiais construtivos usuais, técnicas construtivas tradicionais e ornamento constaram do projeto da nova cidade, de modo que “a dimensão da fantasia/cenografia fosse assimilada, seja através de estruturas de organização das edificações, seja através de sua expressão formal, que admite até mesmo o decorativo ou a retomada de imagens arquitetônicas vistas”; e “códigos espaciais/formais consagrados historicamente” reforçaram “o caráter dos prédios e sua identificação imediata” (Silva e Rego, 1986, p. 352).

A crítica ao urbanismo racionalista também repercutiu e condicionou a prática projetual de novas extensões urbanas. A revitalização de áreas degradadas, um tema cada vez mais frequente no debate sobre as cidades, inclusive as brasileiras, refletiu a mesma mudança de visada. Um projeto de revitalização urbana apresentado teve como um dos objetivos básicos “respeitar os moradores tradicionais”, o que pode ser notado na preservação de edificações históricas, do caráter e da imagem do bairro. O trabalho de percepção do ambiente físico e das características socioculturais da população passou a ser item condicionante dos projetos urbanos (Del Rio, 1986).

Mas há que se notar que, no caso da criação da cidade capital do novo estado do Tocantins, a crítica ao pensamento moderno não prevaleceu sobre a forma modernista. Brasília ainda era uma referência – particularmente no caso de cidades capitais, que envolvem a representação de progresso e desenvolvimento nacional – e a noção de progresso e desenvolvimento que permeou a criação de Palmas voltou a coincidir com a forma radicalmente nova e, portanto, transformadora, da cidade funcional (Cf. Teixeira e Oliveira Filho, 1995). O projeto de Palmas,

contudo, teve como premissa as questões ecológicas e o planejamento ambiental, o que incide em uma abordagem, em grande medida, pós-modernista.

A crítica generalizada ao urbanismo racionalista e ao modelo de Brasília nos SEDURs sinalizou, portanto, uma mudança de rota: da vigência excludente de preceitos eminentemente técnicos para a consideração de questões contextuais, sociais, culturais. Com efeito, trabalhos apresentados nos Seminários confirmam a ressonância de autores internacionais vinculados tanto à revisão do urbanismo racionalista quanto a abordagens entendidas como pós-modernistas (Malta, 1984). Aí contam a análise morfológica, os estudos de percepção ambiental, a análise da cidade enquanto cenário urbano em sua relação com o usuário, a análise ar os espaços urbanos como experiência psicológica dos usuários, o entendimento da influência do ambiente construído no comportamento público coletivo, o reconhecimento dos elementos espaciais urbanos determinantes para orientação, legibilidade e identidade dos habitantes da cidade e as proposições de espaços urbanos mais flexíveis e adaptáveis aos processos sociais (Malta, 1984, p. 51).

A crítica à cidade funcional, a revisão da cidade modernista, o marco teórico e as novas abordagens projetuais apresentadas nos SEDURs não apenas colaboraram para a institucionalização do campo do desenho urbano no país em um período de redemocratização nacional, como também para a constituição das bases das disciplinas de projeto urbano nas escolas brasileiras de arquitetura e urbanismo a partir dos anos 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades Novas; Desenho Urbano; SEDUR.

REFERÊNCIAS

DEL RIO, Vicente. **Desenho urbano para o bairro de Fells Point, Baltimore, EUA.** Anais do II SEDUR. São Paulo: PINI, 1986. pp. 375-383.

GASTAL, Alfredo. **Desenho urbano X identidade cultural.** São Paulo: Cadernos Brasileiros de Arquitetura. [Desenho Urbano I. Anais do I SEDUR]. São Paulo: Projeto, N. 14, 1984. pp. 73-84.

MALTA, Maurício. **Uma contribuição aos estudos sobre desenho urbano no Brasil.** Cadernos Brasileiros de Arquitetura [Desenho Urbano II. Anais do I SEDUR]. São Paulo: Projeto, N. 12, 1984. pp. 49-53.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Alta Floresta: uma história com muitas interpretações.** Cadernos Brasileiros de Arquitetura. [Desenho Urbano III. Anais do I SEDUR]. São Paulo: Projeto, N. 13, 1984. pp. 87-94.

RIBEIRO FILHO, Carlos Antônio de Souza. **Construção de cidades: a experiência de Alta Floresta.** Cadernos Brasileiros de Arquitetura. [Desenho Urbano III. Anais do I SEDUR]. São Paulo: Projeto, N. 13, 1984. pp. 95-111.

SILVA, Nelson Saraiva; REGO, Maria Elizabeth Quadros Pereira. **Usina Hidroelétrica Itá. Recolocação da sede municipal de Itá – Projeto urbano e arquitetônico.** Anais do II SEDUR. São Paulo: PINI, 1986. pp. 343-355.

TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel; OLIVEIRA FILHO, Walfredo Antunes de. **Palmas - plano e realidade.** 4º SEDUR. Brasília: UnB, 1995. pp. 261-267.

TURKIENICZ, Benamy. **A forma da cidade. Agenda para um debate.** Cadernos Brasileiros de Arquitetura. [Desenho Urbano I. Anais do I SEDUR]. São Paulo: Projeto, N. 12 1984a. pp. 9-26.

TURKIENICZ, Benamy. **O I Seminário sobre desenho urbano no Brasil: prefácio de uma retomada.** Cadernos Brasileiros de Arquitetura. [Desenho Urbano I. Anais do I SEDUR]. São Paulo: Projeto, N. 12, 1984b. p. 5.

Trabalho 3: **CONJUNTOS HABITACIONAIS E DESENHO URBANO: FORMAS DE INTEGRAÇÃO À CIDADE.**

Diante dos esforços de conformação do campo do desenho urbano no Brasil, representado pelas edições dos Seminários de Desenho Urbano (SEDUR), o tema dos conjuntos habitacionais e a forma urbana resultante das políticas de larga escala configuram um eixo de análise. Através dos textos publicados nos anais dos eventos, este trabalho tem como objetivo analisar a crítica feita aos conjuntos habitacionais, assim como perscrutar os referenciais teóricos mobilizados pelos autores para discutir outras possibilidades de desenho urbano para a produção habitacional face ao contexto da política habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH) em curso no período.

A forma urbana resultante dos conjuntos habitacionais produzidos pela política habitacional do BNH durante os anos 1960 e 1970 foi criticado por diversos autores. Eles buscavam referenciais teóricos diversos das abordagens modernistas para conceber e desenhar novos bairros populares que se integrassem à cidade existente. Assim, perspectivas oriundas dos estudos morfológicos, das dinâmicas da vida cotidiana, da multiplicidade de funções urbanas e da forma urbana historicamente constituída são discutidas como aporte para o desenho urbano dos conjuntos habitacionais. Este debate acompanha uma inflexão do campo do urbanismo na perspectiva internacional, mas de modo singular, mobiliza o debate sobre

desenho urbano para questionar a produção habitacional produzida pelo BNH no período de ditadura militar, 1964 a 1985.

Pode-se encontrar este debate nos três anais do seminário que foram publicados – 1984, 1986 e 1991. Entre eles, destaca-se o texto de Carlos Eduardo Comas intitulado “O espaço da arbitrariedade: considerações sobre o conjunto habitacional BNH e o projeto de cidade brasileira” discorreu sobre a produção dos conjuntos habitacionais do BNH e a forma urbana resultante. Questionando o padrão normativo de soluções de projeto para a habitação popular no Brasil sobretudo aquele que tem a superquadra modernista como referência, o autor propôs a revalorização da rua, praça, pátio e quintal com o intuito de propor formas urbanas comuns que pudessem integrar o bairro popular à cidade em que se assentava.

Critica-se, portanto, o que se configurou como a forma urbana conjunto habitacional e com ela a crítica ao projeto moderno através da crítica ao grande conjunto. Negrelos (2016) ao analisar a organização institucional e ações de planejamento urbano e política habitacional elaborada e executado pelo regime militar, através da configuração do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Banco Nacional de Habitação (BNH), a atuação das Companhias de Habitação (COHABS) e a política urbana idealizada pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) caracteriza a forma de implantação dos conjuntos a partir da produção em larga escala, em áreas públicas - em geral nas áreas periurbanas - , utilização da tipologia de casas e blocos o que, segundo sua interpretação, “gerou um padrão extensivo de assentamento habitacional no padrão de urbanização periférica” (Negrelos, 2016, p. 404).

Nota-se, portanto, que o contexto político e intelectual em que ocorreram os seminários foi o de mobilização popular para a redemocratização do país no qual observa-se uma confluência das críticas ao modernismo em um momento de modernização conservadora e autoritária. Deste modo, mostra-se relevante analisar o modo como a constituição do campo do desenho urbano no Brasil apropria-se da inflexão do campo do urbanismo em perspectiva internacional face ao dilema e impasses da urbanização e da conformação das cidades no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Forma urbana; conjuntos habitacionais; BNH.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Monteiro de Andrade. **A cidade dos blocos isolados**. 4ª SEDUR. Brasília: UnB, 1995.

CARVALHO, Thereza Christina C. **Algumas sugestões de determinantes urbanísticas para a ordenação espacial de conjuntos habitacionais.** Anais do II SEDUR. São Paulo: PINI, 1986.

COMAS, C. E. D. **O espaço da arbitrariedade: considerações sobre o conjunto habitacional BNH e o projeto da cidade brasileira.** Anais do II SEDUR. São Paulo: PINI, 1986.

NEGRELOS, E. P. **A política habitacional do SFH/BNH/COHABs no quadro da produção latino-americana de conjuntos habitacionais: a crítica contextualista e sua referência no Uruguai.** In: I CIHU - CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA URBANA, 2016, Santiago, Chile. Anais do I Congresso Ibero-americano de História Urbana, 2016. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile / Universidad de Chile, 2016. v. 1. p. 402-411.

TURKIENICZ, Benamy. **A forma da cidade. Agenda para um debate.** Cadernos Brasileiros de Arquitetura. [Desenho Urbano I. Anais do I SEDUR]. São Paulo: Projeto, N. 12 1984a. pp. 9-26.

Trabalho 4: O CRESCIMENTO DA CIDADE COMO UMA QUESTÃO PARA O DESENHO URBANO

Dentro do panorama da construção do campo de desenho urbano no Brasil a partir dos SEDURs, também buscamos compreender como a questão do crescimento das cidades apareceu como um problema relevante para os pesquisadores e técnicos de urbanismo da década de 1980. O panorama da urbanização naquele momento era dramático depois de décadas de intensas migrações internas, da transição da população rural para urbana, e do intenso crescimento vegetativo da população, que culminaram em processo de expansão urbana periférica muito veloz e extremamente desigual.

Sem dúvida, a análise dos anais dos SEDURs demonstrou que vários trabalhos estavam preocupados com a explosão urbana das periferias metropolitanas. O modelo analítico do centro rico versus a periferia pobre era a tônica vigente, enquanto o aparecimento dos loteamentos informais como solução improvisada de habitação nas franjas das metrópoles era a maior preocupação de pesquisa. A crítica à ineficiência do planejamento e seus instrumentos diante desses novos desafios também era compartilhada e alimentou trabalhos que discutiam como o desenho urbano, enquanto campo de conhecimento e de atuação técnica deveria absorver e trabalhar nas escalas metropolitana e urbana, reforçando o papel do projeto como ação muito mais efetiva diante da expansão urbana desenfreada.

No entanto, os pesquisadores dos SEDURs não conseguiram captar as enormes mudanças que estavam acontecendo na urbanização brasileira, particularmente na metrópole de São Paulo. O surgimento de novas tipologias como os condomínios fechados, localizados nas periferias urbanas, mas voltados para as elites locais, bem como os centros industriais e de serviços descentralizados ao longo das rodovias, já anunciavam no território as transformações estruturais da expansão urbana iria sofrer com o processo de dispersão urbana. Provavelmente, essas mudanças estruturais não foram captadas dado o enfoque excessivo do desenho urbano na escala intraurbana.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão urbana; loteamentos informais; modelo centro-periferia.

REFERÊNCIAS

Macedo, Adilson C. **Espaço para o desenho urbano.** In: Turkienicz, B. (org.). Desenho Urbano I. I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, 12. São Paulo: Projeto, 1984a, pp. 45-48.

Reis Filho, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das Artes, 2006.

Santos, Carlos Nelson F. dos. **Rio de Janeiro, o que Transforma e o que é Transformado.** In: Turkienicz, B. (org.). Desenho Urbano I. I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, 12. São Paulo: Projeto, 1984a, pp. 99-116.

Turkienicz, B. (org.). **Desenho Urbano I.** I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, 12. São Paulo: Projeto, 1984a.

Turkienicz, B. (org.). **Desenho Urbano II.** I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, 13. São Paulo: Projeto, 1984b.

Turkienicz, B. **A Forma da Cidade. Agenda para um Debate.** In Turkienicz, B. (org.). Desenho Urbano I. I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, 12, 45-48 São Paulo: Projeto, 1984a.

Turkienicz, B. and Malta, M. (ed.). **Desenho Urbano II.** Anais do II SEDUR. São Paulo: Pini, 1986.